

Os legisladores de Deus



Foto: Fabio Rodrigues Pozzani/ABr

Eduardo Cunha – PMDB



Foto: George Gianni/PSDB

João Campos – PRB



Foto: Wilson Dias/ABr

Jair Bolsonaro – PSC



Foto: Fabio Rodrigues Pozzani/ABr

Marco Feliciano – PSC

por Gilson Camargo

Uma das frentes parlamentares com maior poder político no Congresso, os evangélicos travam com o agronegócio, empreiteiras e empresários a disputa por interesses específicos, alheios à democracia e aos avanços sociais. A *Bancada Evangélica*, na atual legislatura, tem 196 deputados que atuam como polícia moral. O bloco decide quais projetos devem ou não ser votados ou aprovados e usa todos os meios para impedir a modificação da legislação e garantir a manutenção das estruturas sociais e simbólicas. Para entender como funciona a poderosa e milionária máquina evangélica, a professora de Psicologia Bruna Suruagy, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, fez 42 entrevistas com parlamentares, assessores e jornalistas e produziu sua tese de doutorado *Religião e política: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal*. Em entrevista ao *Extra Classe*, ela explica o esquema político dominado pelos pentecostais, como são forjados os candidatos e por que o poder econômico das igrejas anula os partidos políticos nos processos eleitorais

Extra Classe – Considerando a sua ressalva de que não se deve generalizar a abordagem sobre os movimentos evangélicos devido à pluralidade, fragmentação e antagonismo que os caracteriza, como identificar os grupos mais atuantes na política? O que eles querem?

Bruna Suruagy – Não se deve discutir os movimentos evangélicos e, por consequência, a *Bancada Evangélica* numa perspectiva genérica, abrangente e uniformizadora. A complexidade dessa discussão deve-se à pluralidade e à fragmentação do campo religioso brasileiro, que se caracteriza pela presença de instituições religiosas, propostas teológicas e rituais litúrgicos muito distintos e, inclusive, antagônicos. Cisões, fragmentações e dissidências con-

tínuas dão origem a novas versões do fenômeno religioso. Igrejas protestantes históricas, pentecostais e neopentecostais pertencem ao mesmo campo, porém, apresentam inúmeras divergências, muitas delas contundentes. No caso da *Bancada Evangélica*, a despeito da imagem publicamente difundida, as heterogeneidades são numerosas e as oposições, significativas. Os que mais atuam e se pronunciam socialmente são os parlamentares pentecostais e neopentecostais, que assumem a condição de representantes de todos, produzindo a falsa impressão de unidade, harmonia e homogeneidade. Os protestantes históricos mantêm-se distantes, e muitos deles se opõem veementemente à prática institucionalizada. Normalmente, ao apresentar a *Banca-*

da *Evangélica*, referimo-nos mais marcadamente aos parlamentares pentecostais e neopentecostais.

EC – O que a motivou a pesquisar a *Bancada Evangélica* na Câmara?

Bruna – Interessei-me pela análise sistemática da *Bancada Evangélica* na Câmara Federal, suas formas de funcionamento, estratégias de articulação, mecanismos de ação e ideologias dominantes em razão da crescente participação política dos evangélicos nos pleitos eleitorais, de sua presença ativa nas decisões de importância nacional, da visibilidade pública que alcançaram e da obtenção de poder, prestígio e influência. Em decorrência da intensa presença dos evangélicos na esfera pública, o campo da política não pode mais ignorar o fenômeno religioso.

EC – O que mais constatou?

Bruna – A tese de doutorado possibilitou inúmeras constatações, dentre as quais destacam-se a heterogeneidade da *Bancada Evangélica* em razão de sua condição pluripartidária e interdenominacional; construção de um consenso forjado em torno de temáticas morais; primazia da moralidade privada em detrimento das questões públicas; ausência de unidade política entre os parlamentares evangélicos em virtude da multiplicidade partidária; atuação combativa da bancada contra projetos de lei progressistas, considerados uma afronta à fé cristã, à decência e aos bons costumes; estridência, teatralidade e ação performática como estratégia de persuasão e visibilidade; fabricação de uma representação genérica em relação a uma suposta maioria moral que compõe a sociedade; discurso persecutório acerca de uma improvável ameaça de perda da liberdade religiosa; intenso poder de pressão e barganha.

EC – Eles são ideológicos?

Bruna – A *Bancada Evangélica* não promove uma ação orgânica, articulada e integrada; tudo acontece no improviso e na informalidade. Almeja-se produzir uma imagem pública de integração e

coesão interna, quando, na realidade, muitas ações são isoladas e fragmentadas. No entanto, é preciso salientar que a bancada possui capacidade de mobilização e articulação por meio de uma estratégia religiosa, muito comum nos templos: os parlamentares evangélicos – inclusive os mais distantes – são convocados a participar das votações e persuadidos a fazê-lo por meio do barulho e do exagero que caracterizam, especialmente, a performance pentecostal. O tom imponente e a voz empostada criam um clima de guerra, do qual todo “bom cristão” deve participar. Uma estratégia religiosa eficaz no campo político. Os cultos, que ocorrem semanalmente na Câmara Federal, além de realizar uma função religiosa relacionada à evangelização, cumprem um papel de articulação política, convocação da militância e transmissão de informações importantes a respeito das votações e dos projetos de lei. Seu objetivo é acompanhar, monitorar e avaliar diuturnamente todos os projetos de lei em tramitação na Câmara, a fim de evitar a aprovação daqueles considerados um “acinte” à ordem cristã. A frente, portanto, atua como polícia moral, visto que vigia, fiscaliza, inspeciona e vistoria as proposições com o propósito de impedir a modificação da legislação e garantir a manutenção das estruturas sociais e simbólicas.

EC – Assim, inviabilizam os avanços dos movimentos sociais e minorias...

Bruna – Trata-se de um trabalho de resistência aos avanços sociais, às reivindicações dos movimentos progressistas e à transformação da sociedade. Os assessores jurídicos e legislativos são indispensáveis no acompanhamento e mapeamento das proposições, trabalhando em tempo integral na checagem de tudo que será discutido e votado nas comissões. De posse dessa informação, os parlamentares evangélicos se distribuem pelas comissões mais relevantes, a fim de engavetar as propostas legislativas e impedir que cheguem ao plenário e, para isso, reivindica-se a relatoria. Como se pode perceber, para

boa parte dos deputados evangélicos, mais importante do que criar é preservar. A conservação da moral cristã sobrepõe-se à construção de projetos inovadores e transformadores, o que torna ideológica a ação desse grupo.

EC – É possível identificar quando e em que contexto os evangélicos começaram a se organizar politicamente no país?

Bruna – A força política dos atores evangélicos começou a se manifestar em meados da década de 1980, no período de redemocratização da sociedade brasileira. Nessa época, os protestantes históricos prevaleciam em relação aos pentecostais. Paulatinamente, esse quadro se modificou em função de um processo de pentecostalização da política evangélica. O discurso de repúdio à política foi substituído pela valorização da política, que deixou de ser o espaço de manifestação do mal para tornar-se lugar de guerra espiritual e de vitória do bem. A política converteu-se em instrumento de conquista e consolidação do poder religioso. Muitas candidaturas evangélicas foram lançadas, o que expressou o desejo de inserção religiosa no mundo político e gerou a pulverização dos votos, impedindo resultados eleitorais satisfatórios. No início da década de 1990, a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) criou uma estratégia eleitoral, sendo copiada por outras denominações evangélicas: o lançamento de candidaturas oficiais. A partir desse momento, a *Bancada Evangélica* foi se fortalecendo e se consolidando, produzindo novos mecanismos político-eleitorais.

EC – Como se dá a escolha de candidatos no âmbito das igrejas? Os pré-candidatos são eleitos pelas lideranças ou se apresentam como tais? Quais são os critérios?

Bruna – De modo geral, existem três tipos de candidatos evangélicos: 1) aquele cuja candidatura é independente e não tem nenhuma vinculação com a igreja, estabelecendo uma distância entre os processos eleitorais e o exercício da fé – restrito à esfera privada

e entendido como ato particular. Normalmente, essa prática é adotada pelos protestantes históricos; 2) aquele que, embora não seja candidato oficial da igreja, conta com seu apoio para eleger-se; 3) aquele, cuja candidatura carrega o selo oficial da igreja, que depende fortemente do apoio integral da liderança eclesial e da participação dos fiéis no pleito eleitoral.



“Impedir os atores religiosos de agir politicamente na cena pública seria um procedimento antidemocrático. O que ameaça a democracia é o monopólio religioso e não a participação política de diversas religiões”

As principais igrejas brasileiras, Assembleia de Deus (pentecostal) e Iurd (neopentecostal), adotam o princípio da candidatura oficial, garantindo, assim, a eleição dos indicados a cargos eletivos, os quais só conseguem vencer as eleições em razão da chance-la institucional. Nesses casos, a igreja torna-se reduto eleitoral e o púlpito, palanque. A Universal inventou essa nova forma de fazer política, desenvolvendo uma logis-

tica que envolve a distribuição dos candidatos por distritos (templos) e por partidos de diferentes matizes ideológicos. A igreja distribui racionalmente as candidaturas de maneira que, em cada templo, haja apenas dois candidatos: um para deputado estadual e outro para deputado federal. Com base no cálculo do coeficiente eleitoral, os candidatos são espalhados por diferentes siglas partidárias, viabilizando sua vitória.

EC – Quais são as pautas de interesse do bloco evangélico?

Bruna – Os parlamentares evangélicos se articulam em defesa da vida, pela recuperação da família, pela proteção da liberdade religiosa e pela preservação da tradição cristã. Embora seja constituída por deputados provenientes de distintos partidos e denominações religiosas, a bancada busca construir um falso consenso e, assim, apresentar-se como bloco coeso e monolítico, privilegiando os temas religiosos e morais em torno dos quais há mais convergência. Entretanto, quando os assuntos são de natureza política, econômica e social, o dissenso e a heterogeneidade revelam o funcionamento desse grupo. A despeito das inúmeras divergências, inclusive no campo da moralidade, destacam-se as seguintes pautas religiosas: o combate à descriminalização do aborto; à união civil entre pessoas do mesmo sexo; à transexualidade; à realização de cirurgias para mudança de sexo; à criminalização da homofobia; à legalização da prostituição, à pedofilia; ao abuso sexual; ao incesto; à pornografia; à prostituição infantil; ao infanticídio; à liberalização das drogas; à dependência química; à lei de biossegurança; à utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas, à eutanásia e ao divórcio. Além do caráter religioso das matérias legislativas, os deputados evangélicos mobilizam-se para atender aos interesses institucionais das igrejas de maneira a favorecer sua expansão. Questões como alvará de funcionamento dos templos, isenção fiscal, doação de terrenos

e concessão de redes de televisão e rádio fazem parte do rol de interesses das agremiações religiosas.

EC – Essa convergência entre religião e política é prejudicial à democracia ou à laicidade do Estado? Por quê?

Bruna – À primeira vista, não é possível afirmar que a participação política de atores religiosos compromete a democracia nem que a separação entre religião e política seja uma condição imprescindível ao desenvolvimento e à consolidação do sistema democrático. Condição à preservação e ao amadurecimento da democracia é a laicidade do Estado, cujo significado não corresponde à privatização da religião ou, em outras palavras, à tentativa de expulsá-la da esfera pública. A laicidade requer pluralidade religiosa, portanto, a presença de múltiplas religiões no espaço público. Comumente, confunde-se Estado laico com ausência total de manifestações religiosas. O laicismo anula a existência de uma religião oficial, privilegiada e protegida pelo aparelho estatal, e garante a diversidade religiosa no mundo público e a igualdade de tratamento, por parte do Estado, a todas as religiões. Impedir os atores religiosos de agir politicamente na cena pública seria um procedimento antidemocrático. O que ameaça a democracia é o monopólio religioso e não a participação política de diversas religiões. O debate acadêmico acerca dessa temática termina propagando pânico e dificultando a análise crítica do fenômeno. Não é possível separar religião e política, seus territórios e fronteiras nas sociedades contemporâneas não estão claramente delimitados, acontecendo atravessamentos e intersecções. No entanto, cabe destacar que, embora não seja possível dissociar religião e política, é necessário definir os limites nas relações entre Estado e igreja.

EC – Mas o poder econômico das igrejas não influencia as campanhas eleitorais?

Bruna – Nesse processo, o que

pode oferecer riscos à democracia é a participação ativa das igrejas nas campanhas eleitorais e o lançamento de candidaturas oficiais, de modo que, uma vez eleito, o parlamentar coloca o exercício do seu mandato a serviço da igreja que o elegeu. Nesse caso, a igreja atua como partido político, oferecendo orientações e esvaziando a função das siglas partidárias, instrumentos indispensáveis ao regime democrático brasileiro. Pelo menos, nas atuais condições do nosso sistema político, não é possível pensar em democracia eliminando os partidos políticos.

EC – Existe uma relação entre a ascensão dos evangélicos no Parlamento e o avanço da agenda conservadora e mesmo o bloqueio de pautas progressistas, como a descriminalização do aborto, a liberação das drogas, a união homoafetiva?

Bruna – Em certa medida, sim. Não se deve atribuir unicamente ao crescimento da *Bancada Evangélica* o avanço das pautas conservadoras. No Congresso Nacional, de modo geral, houve uma ampliação do número de parlamentares que defendem teses conservadoras. Evidentemente, o aumento expressivo dos deputados evangélicos teve uma contribuição significativa à consolidação e legitimação do discurso moral em nome da conservação da ordem e contra os perigos das possíveis alterações na estrutura simbólica, social e legislativa brasileira. Ressonâncias

têm ocorrido em todas as direções. Observa-se um processo bilateral, que não apresenta uma origem clara: deputados conservadores, cujos pronunciamentos ecoam nos setores conservadores da sociedade, e segmentos sociais conservadores, que justificam e apoiam as ações desses deputados. Nesse contexto, a fim de alcançar legitimidade para suas intervenções políticas, os congressistas evangélicos colocam-se na condição de representantes de uma maioria moral.

EC – De onde vêm o capital das igrejas e as fortunas de pastores como Edir Macedo, Valdemiro Santiago e Silas Malafaia?

Bruna – As igrejas pentecostais e, especialmente, as neopentecostais adotam como prática teológica o incentivo à entrega de ofertas volumosas como prova de fé e investimento que exigirá de Deus a realização do milagre. Os dizimos são obrigatórios; as ofertas são voluntárias. Nos cultos, são centrais – em alguns casos, demorados – os rituais de persuasão para sensibilizar o fiel a fazer doações generosas como demonstração de fé, o que compele Deus a assumir um compromisso com ele em virtude da sua ousadia e coragem. Quanto maior o risco – em outros termos, maiores as ofertas –, maior a fé exercitada e, portanto, mais garantida a resposta divina. Desse modo, as igrejas vão se capitalizando, crescendo ainda mais no campo religioso e conquistando poder na esfera política.

Bancada Evangélica por partidos

